

**ENTRE A FICÇÃO, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE  
INTERDISCURSIVA EM FOLHETOS DE CORDÉIS\***

*BETWEEN FICTION, MEMORY AND HISTORY: AN INTERDISCURSIVE  
ANALYSIS IN FLYERS OF STRING LITERATURE*

Submetido em: 26- 03-2012

Publicado em: 21-12- 2012

José Marcos de França

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFPB

santanadefranca@yahoo.com.br

**Resumo:** Neste artigo temos como objetivo analisar uma relação possível entre a história de ficção contida em folhetos de literatura de cordel e a história oficial a partir dos interdiscursos constitutivos dessas duas formações discursivas. Isso porque as histórias dos folhetos se baseariam em memórias que mantêm uma ligação com a história que ao longo do tempo permaneceu na memória discursiva da cultura nordestina. Para ilustrar nossa hipótese, tomamos para análise, sob os aportes da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, alguns folhetos de cordel cuja temática narrativa são os feitos do cangaceiro Lampião sobre o qual há inúmeras histórias, ora de heroísmo ora de bandidagem e maldade. Sendo assim, com base em Foucault (2007), Meihy (2005), Achard (1999), Pêcheux (1999) e outros, nossa análise mostra, enfim, que nos discursos constitutivos das narrativas dos folhetos de cordéis há um atravessamento da formação discursiva da história oficial contida em livros de história.

**Palavras-chave:** Discurso. História. Memória. Literatura de Cordel.

**Abstract:** *In this article, we aim to show a possible relationship between the fictional story contained in leaflets of string literature and official history from the interdiscourses which constitute these two discursive formations. That's because the stories of the leaflets would be based on memories that keep a connection with the history that has remained in the discursive memory of northern culture. To illustrate our hypothesis, we took for analysis, under the contributions of French discourse analysis (DA), some string literature leaflets whose narrative thematic are the deeds of "cangaceiro" Lampião, sometimes described as a hero and sometimes described as an evil thief. Therefore, based on Foucault (2007), Meihy (2005), Achard (1999), Pêcheux (1999) and others, our analysis shows, finally, that the discursive formation of official history presented in history books crosses the discourses that constitute the narrative of the string literature leaflets.*

**Keywords:** *Discourse. History. Memory. String Literature.*

---

\* Uma versão simplificada deste texto foi apresentada no III Seminário Nacional Literatura e Cultura, 06 a 08 de junho de 2011 - São Cristóvão/SE, sob o título *Sujeito, memória e história nos cordéis*.

## 1 INTRODUÇÃO

Como delimitar história, memória e ficção quando se envolvem fatos e personagens históricos reais que passam a figurar em narrativas de ficção? Não nos interessa aqui uma discussão na seara da Teoria Literária, procurando distinguir ficção e história, o real do ficcional. Nosso interesse é discutir e analisar o sujeito constituído nos interdiscursos constitutivos de certas narrativas sobre um certo personagem histórico da História do Brasil que também figura como um personagem de narrativas de ficção da Literatura de Cordel.

História e memória estão interligadas, mas não se confundem, pelo contrário, elas se distinguem, porém há uma estreita relação entre ambas que faz com que haja algumas confusões. Independentemente dos conceitos ou definições dados pelos teóricos, para a Análise do Discurso (AD), na interpretação de um texto historicamente marcado, o que se busca é a sua memória discursiva, ou interdiscurso, que está intrínseca, que subjaz a esse texto, dentro da concepção foucaultiana de leitura da história.

Para os objetivos deste trabalho, tomaremos como objeto de análise, ou seja, como *corpus* de análise, sob a ótica da Análise do Discurso, exemplares de literatura de cordel que têm como mote a história de uma figura histórica bastante controversa. Esse personagem histórico é o cangaceiro Lampião, cantado em versos de cordel ora como um herói nordestino ora como bandido, corroborando o que diz a história oficial.

O nosso objetivo é mostrar o sujeito constituído nos interdiscursos da memória coletiva e individual presente nos discursos dos textos de literatura de cordel, que necessariamente não se tratam de história oficial, porém os sujeitos-cordelistas resgatam dizeres que ora retomam o dizer da história oficial, reafirmando-a, ora dizeres que a contradizem, negando-a; por isso, faremos o contraponto com o discurso oficial veiculado pela história. Faremos a análise de folhetos de cordel no intuito de mostrar as várias interpretações possíveis de um mesmo fato ou acontecimento, mesmo em se tratando de um fato histórico, registrado na história contada nos livros oficiais. O cordel se revela, nesse contexto, uma outra versão não oficial para a mesma história, calcada na memória discursiva do povo nordestino, daí o sujeito-cordelista retomá-la como se fosse obra de sua memória individual.

Este trabalho está assim dividido: no primeiro tópico, faremos um esboço da relação entre discurso, história e memória, memória discursiva e sujeito; no segundo tópico, analisaremos, em confronto com textos da história oficial, os folhetos de cordel.

## 2 DISCURSO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: O INTERDISCURSO E O SUJEITO

Em se tratando de Literatura de Cordel, a narrativa que se apresenta pode estar em um destes dois universos: memória ou história; porém essa narrativa, independentemente de ser baseada em fato ou em ficção, se trata de um produto de uma memória, seja individual seja coletiva, que um sujeito retoma para recontá-la em forma de versos, de preferência em versos populares, como redondilha menor (cinco sílabas) ou redondilha maior (sete sílabas).

Assim, nesse passo, a relação memória, história e discurso nos remete ao binômio documento/monumento de que trata Foucault (2007), quando aborda e põe em xeque tal relação, mostrando que a história oficial sempre se baseou nos documentos para a construção dessa história e posteriormente tornando-os monumentos e levando em conta apenas os grandes feitos, os grandes heróis, os grandes reis etc. sem, no entanto, se debruçar sobre a micro-história que, de fato, é o que faz a História de um povo, de uma nação. Segundo Foucault (2007, p. 6),

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto que a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos.

Dentro dessa nova proposta de fazer história, denominada a “nova História”, Gregolin (2004) aponta os principais pontos que a diferencia do modo tradicional de fazer história. Diz a autora que a “Nova História” assegurou “uma aventura nova no saber histórico, a partir de várias problematizações” (GREGOLIN, 2004, p. 22) e entre elas chegou-se ao conceito de “descontinuidade” que vai ser muito caro a Foucault, pois é a partir dessa concepção de “descontinuidade da história” que ele vai montar o seu sistema metodológico: a arqueologia do saber. Dentro dessa concepção, alerta o filósofo que se deve evitar “as continuidades irrefletidas pelas quais se organizam, de antemão, os discursos que se pretende analisar” (FOUCAULT, 2007, p. 27).

A Literatura de Cordel, dentro dessa nova concepção de fazer história, advinda da Nova História, que nasceu com a *Escola dos Annales*, pode servir como objeto de pesquisa, pode ser tomada como documento sobre o qual o pesquisador pode se debruçar, portanto. Isso porque, como diz Le Goff (1996, p. 8), “a idéia da história como história do homem foi substituída pela idéia da história como história dos homens em sociedade.” Nessa perspectiva,

o cordel poderia ser tomado como o registro em tempo real dos fatos ocorridos em determinada época, com certa “fidedignidade da verdade” dos fatos históricos. Dessa forma, o cordel serviu (e ainda hoje serve), principalmente no Nordeste, como relato em versos cantados de muitos fatos reais da vida política e social, como do tempo do cangaço, por exemplo, ou da História recente do país; portanto, relatos do homem em sociedade.

Contudo, como a “verdade”, na concepção foucaultiana, é relativa, ou seja, há apenas a *vontade de verdade*, essa “fidedignidade” pode ser questionada, posto que se trata de relatos de um sujeito inserido na formação discursiva da literatura, portanto, em princípio, com uma preocupação estética e artístico-literária e não com o registro fiel dos fatos históricos. Além de que não se pode ter a certeza de que ele foi “testemunha ocular” do fato ou coetâneo a ele.

Mesmo assim, o cordel pode servir como registro da memória de um povo à medida que se utiliza dos relatos que são parte da história desse povo, o que serve como forma de guardar essa memória coletiva por meio de um registro escrito, mas que com o tempo podem se tornar “causos” porque se trata de literatura e literatura é ficção. É produto de uma memória individual: a do sujeito-cordelista. Esse, por sua vez, pode se basear no fato *in loco*, em tempo real, ou naquilo que ouviu de outros, seja fato ou não.

Como observa Le Goff (1996), a história começou como um relato, como a narração daquele que viu, presenciou os fatos, para mais adiante afirmar:

Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presenciase o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” (Nora) ligado aos novos *media*, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da história imediata. (LE GOFF, 1996, p. 9)

Este sujeito-cordelista, por sua vez, assume o papel de cronista de seu tempo, do “sujeito-historiador” que é testemunha e, portanto, faz história-testemunho. Assim, ele observa, registra, critica em tempo real os fatos e acontecimentos da vida social, política e econômica da sociedade na qual está inserido que podem se tornar fatos históricos. Porém, em se tratando de Lampião, os sujeitos-cordelistas aqui tratados não foram testemunhas daquele tempo. Seus poemas foram produzidos com base “no que ouviu dizer” por outros ou nas “anedotas” contadas sobre ele, portanto. Diante disso, fica a questão que não é proposta deste

trabalho responder, mas que aponta para uma pesquisa com maior profundidade nessa área de interesse: a Literatura de Cordel é um registro da história ou da memória, nesse contexto?

## **2.1 As Memórias Individual, Coletiva, Histórica e a Memória Discursiva**

Na discussão sobre memória, é possível apontar pelo menos três tipos de memória, contudo, elas não devem ser vistas de forma estanque, sem qualquer articulação entre si, como tipos opostos. “A memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas). Ora, justamente porque a memória de um indivíduo ou de um país está na base da formulação de uma identidade, que a continuidade é vista como característica marcante” (CARVALHAL, 2007, p. 3). Assim, continua a referida autora, a memória individual não está isolada, isto é, frequentemente, toma como referência pontos extremos ao sujeito, pois, diz a autora, para Halbwachs, o suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica.

Por conta disso, seguindo essa linha de pensamento, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas, e não poderia ser diferente, no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões, portanto, que atribuímos a nós, são, na verdade, inspiradas pelo grupo, diz Carvalhal (2007).

Já Pollak (1989) não vê com tanto pessimismo as relações entre história e memória ou entre memória oficial (nacional) e aquilo que denominou de “memórias subterrâneas”, em referência às camadas populares, que a História oficial não leva em conta. Para o referido autor, essas memórias marginalizadas, posto que não são oficiais, abriram novas possibilidades no terreno fértil da história oral. Não se trata, assim, de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3).

Uma das questões que se põe em pauta na ordem do dia entre os historiadores é a diferença entre memória e história e as implicações que esta discussão provoca, além das indefinições que suscitam e que estão longe de chegarem a um consenso. Para Halbwachs (*apud* CARVALHAL, 2007), a história se encontra pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação; enquanto que “a memória apóia-se sobre o ‘passado

vivido’, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o ‘passado apreendido pela história escrita’” (HALBWACHS, 2004, p. 75 *apud* CARVALHAL, 2007, p. 3). “A história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito” (idem). Em Halbwachs, diz a autora,

a memória histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. O próprio termo “memória histórica”, desta forma, seria uma tentativa de aglutinar questões opostas, mas para entender em que sentido a História se opõe à Memória [...]. (CARVALHAL, 2007, p. 3)

Em vista disso, a história de uma nação pode ser entendida, ainda nas palavras da autora, como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo, por conta disso. Para Pierre Nora, no entanto, que procura fazer a ponte entre história e memória, ao contrário de Halbwachs, “a memória tornou-se objeto da história, sendo por esta filtrada, o que impede o estabelecimento de diferenças entre a memória coletiva e a memória histórica” (CARVALHAL, 2007, p. 4). Segundo Carvalhal, ainda se fala-se muito em memória atualmente, mas porque a memória já não existe e tudo aquilo que se considera memória é, para Nora, história. Com isso, para esse autor, restam apenas “lugares de memória”, o que cria, com essa concepção e posição ideológica de se debruçar sobre a história e a memória, o contraponto entre os dois autores. Carvalhal (2007) diz que para Halbwachs as lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou à medida que os grupos que as sustentavam deixassem de existir; já ~~para~~ Nora entende de forma mais ampla que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico.

Para que se chegasse a esse nível de análise sobre o discurso histórico, foi preciso que houvesse uma guinada na forma como os fatos históricos eram analisados, assim, era preciso articular melhor discurso e história para que a memória histórico-discursiva que subjazia ao documento histórico oficial e não oficial viesse à tona.

Os estudos pautados nesta articulação Discurso e História surgem com o nascimento da Análise do Discurso, baseada nos trabalhos de Pêcheux. Para esse autor não se tratava de aliança de disciplinas, mas de pensar o discurso entre o real da língua e o real da história. (SARGENTINI, 2004, p. 80)

As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como *lugares de onde se fala*. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma formação discursiva que determina os modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer em certa época (FOUCAULT, 2007). Os estudos do discurso, diz Sargentini (2004), articulam-se, assim, à escrita da história, já que em ambos observam-se as práticas discursivas; essas regularidades que ganham corpo, seja em um conjunto técnico, seja em uma instituição, seja em formas de difusão, “elas estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas” (SARGENTINI, 2004, p. 86).

## **2.2 Memória Discursiva, Sentido e a Constituição do Sujeito na Análise do Discurso**

As nossas lembranças, afirma Carvalhal (2007), podem ser simuladas quando entramos em contato com as lembranças de outros que tenham pontos comuns em nossas vidas, por isso podemos expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, afirma Halbwachs (2006), não há memória que seja somente ‘imaginação pura e simples’ ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo esse processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito. Segundo Achard (1999, p. 11), “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social.” De outro modo, o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos, conclui Achard (1999).

Nesse passo, é possível afirmar que

[...] a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

A memória discursiva, ao contrário da memória biológica, é algo independente do sujeito que funciona como um já-dito em outro momento e em outro lugar, mas que é mobilizada todas as vezes que é produzido o sentido. Pêcheux (1999, p. 50) assim esclarece que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do historiador.” Ora, se assim o é, não se pode separar na análise todos esses elementos constitutivos da memória que por sua vez são constitutivos do próprio discurso. O termo memória discursiva, dentro do campo da AD, é visto na concepção do interdiscurso como sendo da ordem do não recuperável de forma consciente, mas que atravessa a própria formulação discursiva.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Para o autor, a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência, daí ele formular a seguinte pergunta: “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?”. Aqui há uma retomada do texto de Achard, sobre a questão dos implícitos e do discurso como acontecimento.

A memória social, inscrita nas práticas de uma sociedade, afirma Gregolin (2001), retomando Pêcheux, constrói-se no meio-termo entre a a-temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico. Isso porque, continua a autora, apesar de determinada pela ordem do histórico, não chega a ser, como essa, uma memória construída, ordenada e sistematizada, pois para enxergá-la é preciso buscar os signos de autocompreensão da sociedade para posteriormente interpretá-la. “Por isso, trata-se, antes, de um estatuto social que a memória adquire no corpo da coletividade e que produz as condições para o funcionamento discursivo e, conseqüentemente, para a interpretabilidade dos textos” (PÊCHEUX, *apud* GREGOLIN, 2001, p. 70). E isso permite afirmar que

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos. (GREGOLIN, 2001, p. 71)

Na relação entre discurso e memória, há um elemento que não pode ser deixado de fora: o sujeito. Sobre isso, afirma Achard (1999, p. 17):

A análise de discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese de sujeito histórico de que fala.

Daí a necessidade de sua inserção (do sujeito) na ordem do discurso. A ordem do discurso, diz Gregolin (2001), é uma ordem do *enunciável*. A ela deve o sujeito assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o *enunciável* é exterior ao sujeito enunciativo e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um *interdiscurso*, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que repetem, parafraseiam-se, opõem-se entre si e se transformam. “Esse domínio de memória constitui a exterioridade do *enunciável* para o sujeito enunciativo, à qual ele recorre e da qual ele se apropria para construir sua enunciação” (GREGOLIN, 2001, p. 72). Isso mostra que a memória está no exterior, porém é no sujeito que ela significa, que ela se realiza, em suas práticas discursivas. O que nos leva a pensar na relação direta entre memória e interdiscurso, como se pode captar das palavras de Pêcheux:

Esses movimentos de constituição da memória e da legibilidade mostram a indissociabilidade entre o intradiscurso e o interdiscurso: a materialidade das formas (verbais e não-verbais) são vestígios por meio dos quais a repetição se inscreve na *ordem do discurso*, nessa ordem em que o enunciado é determinado pela exterioridade do enunciável. Por isso, a memória deve ser entendida como um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices lisíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços. (PÊCHEUX, 1997, p. 286)

Nessa relação da memória com o discurso, é fundamental perceber o papel do sujeito da história no estabelecimento do sentido “[...] a fim de poder realizar suas análises sobre a constituição do sujeito na trama da história da qual participa, bem como sobre os mecanismos

e as estratégias empregadas pelas diversas práticas discursivas para instituir e legitimar processos de subjetivação” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 107). Ora, nesse sentido é que se diz que “[...] os sujeitos não estão na origem de seus discursos, nem se manifestam como unidade na cadeia discursiva” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113), antes eles são construções discursivas.

### **3 A LEITURA EM FOCO: OS SUJEITOS-LAMPIÃO CONSTITUÍDOS**

Neste tópico, faremos a análise de alguns folhetos de cordel que têm como temática a figura de um personagem histórico, o cangaceiro Lampião. Faremos o contraponto com textos da história oficial<sup>1</sup> posto que é o nosso intuito confrontar e mostrar o que esses folhetos trazem de memória e história vazadas nos textos e como os discursos que os constituem se apresentam. Para isso, escolhemos os textos que indicaremos por texto 1, *A chegada de Lampião no inferno*; texto 2, *Visita de Lampião a Juazeiro*; texto 3, *Lampião e Corisco*; e texto 4, *Lampião, o rei do cangaço*.

Antes, lembremos que cangaceiro “é um bandido típico do sertão nordestino, que atuou na região entre o final do século XIX e o começo do século XX” (OLIVIERI, 2002, p. 36) e o mais famoso foi Virgulino Ferreira da Silva, de alcunha Lampião, batizado de o “Rei do Cangaço”.

#### **3.1 Lendo os Textos: das Interpretações**

O texto1 (*A chegada de Lampião no inferno*) narra a chegada de Lampião ao inferno, portanto, uma narrativa do absurdo, já que tal episódio não poderia ser relatado. Contudo, o que nos chama a atenção neste cordel é a imagem do cangaceiro passada para o sujeito-leitor.

A história começa com o personagem Lampião chegando à porta do inferno e pedindo para entrar, no que ele é impedido pelo vigia.

---

<sup>1</sup> Consideramos como história oficial o que consta a respeito do cangaço e de Lampião nos livros de História do Brasil. É propósito deste trabalho analisar o que dizem os folhetos. Porém, deixamos claro que esse deve ser o procedimento a ser seguido quando da abordagem em sala como matéria de ensino.

Vamos tratar da chegada  
Quando Lampião bateu  
Um moleque ainda moço  
No portão apareceu:  
\_ Quem é você, cavalheiro?  
\_ Moleque eu sou cangaceiro!  
\_ Lampião lhe respondeu. (ROCHA, s.d., p. 2)

O porteiro/vigia, por insistência de Lampião, vai consultar o patrão, Satanás, para saber se o cangaceiro pode entrar, no entanto o chefe não permite a entrada e recomenda que o vigia arrebanhe outros empregados para expulsá-lo dali. Nesse impasse, a confusão está feita.

Lampião é um bandido,  
Ladrão da honestidade,  
Só vem desmoralizar  
A minha propriedade...  
Mesmo eu não vou procurar,  
Sarna para me coçar,  
Sem haver necessidade.  
[...]  
Leve três dúzias de negros  
Entre homem e mulher,  
Vá na loja de ferragem  
Tire as armas que quiser, [...].(ROCHA, s.d., p. 4)

Nessa fala de Satanás, Lampião constitui-se um sujeito inscrito na memória cuja fama o precede a ponto de o próprio Satanás temer a presença dele no próprio inferno, lugar esse, aliás, segundo o discurso religioso-cristão, para onde vão homens com o comportamento do referido cangaceiro. Trata-se de um sujeito constituído à imagem e semelhança do próprio diabo.

Lampião briga com “meio mundo” de seres infernais e a contenda que se estende por mais de uma hora e, quando termina, sem que o cangaceiro esteja sequer ferido, esse provoca um incêndio no inferno dando grande prejuízo a Satanás que se lamenta com Lúcifer.

Estava a luta travada,  
Mais de uma hora fazia,  
A poeira cobria tudo,  
Negro embolava e gemia,  
Porém Lampião ferido,  
Ainda não tinha sido,  
Devido a sua energia.

Lampião pegou um “checho”  
E o rebolou num cão,  
A pedrada arrebentou  
A vidraça do oitão,  
Saiu um fogo azulado,  
Incendiou-se o mercado  
E o armazém de algodão. (ROCHA, s.d., p. 7)

O que se percebe desse discurso é a constituição de um sujeito-Lampião heroico permeado de certa simpatia e valorização da figura valente e destemida do cangaceiro que, mesmo morto, ainda briga para se impor diante de seus inimigos. Ele não se dobra a ninguém e enfrenta até mesmo Satanás no inferno. Esta construção da figura de Lampião vai de encontro à versão da história oficial, cuja imagem é construída sobre a cognominação de bandido, de fora da lei que apavorava o sertão nordestino. O sujeito do discurso (sujeito-cordelista) aqui revela-se simpático e admirador da figura do sujeito-Lampião. Ante a apontá-lo como um bandido, o vê como uma espécie de herói que nada teme, nem mesmo Satanás ou Lúcifer.

Esse texto nos diz que há um outro discurso, provindo de uma outra memória discursiva – de um outro sujeito, paralelo ao discurso oficial e institucionalmente respaldado pela história oficial – que não se filia à história, mas a uma memória coletiva que se construiu em torno do “Rei do Cangaço”, que o colocaria, pelos seus feitos, na categoria de um herói popular, à semelhança de um “Robin Wood do Sertão”. Essa imagem de um herói admirado pelos sertanejos é bem ilustrada no texto 2 (*Visita de Lampião a Juazeiro*):

Quando vagou a notícia  
Que chegara Lampião  
Foi visita-lo onde estava  
Enorme população  
Automóvel não passava  
Gente a pé ninguém contava  
Para ver o valentão.

[...]

Afinal eu o Mendes  
Chegamos onde acampava  
Essa força absoluta  
Que o sertão devastava  
A multidão delirante  
Bradava tinotroante  
Ao Lampião aclamava.

Sobre o terreiro da casa  
O povo se comprimia  
Lampião dentro da mesma  
Não dava pra quem queria  
Nem mesmo em santa missão  
Eu vi a população  
Que ali permanecia. (CORDEIRO, s.d., p. 2-3)

O sujeito-Lampião que se constitui nos discursos desses folhetos se filia à formação discursiva<sup>2</sup> de grandes feitos heroicos, em que o sujeito-herói se destaca pela força e bravura, nesse sentido, se contrapõe, como um contradiscurso à formação discursiva de atos e feitos atribuídas aos vilões, aos bandidos. O sujeito-Lampião constituído nesses discursos, nessa formação discursiva, entra em conflito com o sujeito-Lampião constituído na formação discursiva da história oficial.

Nesse texto 2, o sujeito-narrador, em primeira pessoa, se posiciona como uma testemunha ocular dos fatos, contando-os com certo “orgulho” em ter conhecido pessoalmente o famoso cangaceiro e ter convivido com ele, o que confere, porquanto, um caráter de maior veracidade aos fatos narrados, além de que o sujeito-Lampião é venerado como herói pelo povo.

Segundo Olivieri (2002), “ao lado do ódio e do temor de muitos, os cangaceiros também conquistaram o respeito e a admiração de parte dos sertanejos de sua época” (OLIVIERI, 2002, p. 36). Isso nos diz que é possível resgatar na memória desses admiradores a figura constituída de um herói do sertão. Essa visão do cangaceiro criada no imaginário discursivo do povo nordestino, que passa a fazer parte do folclore brasileiro, talvez se justifique porque era preciso criar a figura de um sujeito-herói, que se identificasse com o povo nordestino-sertanejo, que combatesse as injustiças praticadas na região.

Contudo, os registros oficiais o descrevem como alguém que agia por interesses próprios ou em defesa de quem lhe desse guarida, como nos aponta Queiroz (1997, p. 48):

Assim, as atividades de Lampião nunca eram gratuitas. Tinham sempre uma finalidade: obter meios para poder prosseguir na sua vida, exigindo pagamento de “impostos” de fazendeiros e comerciantes; ou então vingar ofensas e traições que contra ele tivessem sido cometidas.

Dessa forma, essas asserções de Queiroz tem ressonância nos versos do texto 3 (*Lampião e Corisco*):

---

<sup>2</sup> O termo foi cunhado por Michel Foucault e introduzido na AD por Michel Pêcheux “[...] para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. [...] A maneira pela qual apreendemos as formações discursivas oscila entre uma concepção contrastiva, em que cada uma é pensada como um espaço autônomo que pomos em relação com outros, e uma concepção interdiscursiva, para a qual uma *formação discursiva* só se constitui e se mantém através do interdiscurso.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 67- 69)

Eu mesmo não vou dizer  
Que ele era cruel  
Cortava dedo de gente  
Para tirar o anel  
Sei que ninguém me castiga  
Eu deixar que o povo diga  
Que este era fiel

Pois foi assim que ele fez  
Em um lugar que chegou  
Tinha um casal de velhinhos  
Ele se aproximou  
A velha tinha um anel  
E ele por ser fiel  
Cortou o dedo e levou (BOQUIM, s.d., p. 4)

O sujeito-narrador exime-se de qualquer subjetividade ao afirmar que o que ele vai narrar sobre as crueldades atribuídas a Lampião são relatos do povo, que provavelmente viu, ouviu ou sofreu com os atos do cangaceiro, daí ele dá a voz ao povo “[por]Que este era fiel”, assim, tem-se a veracidade e fidedignidade dos fatos relatos. Sendo a “voz do povo”, trata-se da memória coletiva. Em seguida, faz um relato que bem ilustra um entre tantos outros atos de crueldade cometidos pelo Rei do Cangaço, que foi de cortar o dedo de uma velhinha apenas para levar um anel.

O texto 4 (*Lampião, o rei do cangaço*) também constitui em seu discurso uma imagem de sujeito-Lampião filiada à formação discursiva da história oficial. Ele conta a trajetória do “Rei do Cangaço”: de como ele se tornou cangaceiro até o momento de sua morte em uma tocaia da volante (polícia). O texto basicamente se limita a narrar os atos mais hediondos cometidos pelo sujeito-cangaceiro, contra civis e contra militares que o perseguiram. A crueldade é posta em primeiro plano como a deixar claro que, de fato, o “Rei do Cangaço” era perverso e desumano, a ninguém perdoando, portanto corroborando o discurso oficial.

Em Bueno (2003, p. 306), encontramos a seguinte passagem:

De todos os cangaceiros que aterrorizaram o sertão nordestino nas primeiras décadas do século XX, nenhum foi mais ousado, temido e famoso do que o capitão Virgulino Ferreira da Silva, que a história consagrou com o nome de Lampião, o rei do cangaço. [...] Virgulino tomou gosto pelas correrias armadas, pelos assaltos, pelos incêndios, tiroteios e estupros, que caracterizaram a vida bandida dos cangaceiros. E não precisou de muito tempo para se tornar o mais sanguinário de todos eles.

Esse texto representa a voz do discurso oficial que a História registrou. A imagem descrita do cangaceiro “temido” e violento é reforçada com esta outra passagem:

É enorme hoje a documentação que se tem sobre suas façanhas, em que se torturava, saqueava e degolava tanto pobres quanto ricos, eram violentadas, mulheres e até velhas, humilhavam-se autoridades, fazendeiros e também sitiadas, vaqueiros e moradores. (QUEIROZ, 1997, p. 48)

Encontramos a seguinte passagem no texto 3:

Vejam as suas proezas  
Que ele fez no sertão  
Ajuntou mandacaru  
Cortado com um facão  
Fazendo aquilo bem calmo  
Espinhos de meio palmo  
Fez um a esteira no chão  
Aí pegou um rapaz  
Calmo sem fazer lundu  
Tirou a roupa todinha  
Deixou o coitado nu  
Um instinto da pinima  
Jogou deitado encima  
Daqueles mandacarus (BOQUIM, s.d., p. 7)

Vemos no trecho acima, que corrobora o dito no fragmento anterior, que a imagem do sujeito-cangaceiro está atrelada à violência e a atos de crueldade, assim, não poderia ele estar ligado à ideia de sujeito-herói pelos seus feitos, como um “Robin Wood do Sertão”, cujos feitos eram em prol dos mais humildes e desprovidos, “roubando dos ricos para dar aos pobres”. A imagem discursiva do sujeito construída no texto 4 corrobora a do texto 3 e o discurso da história oficial. Chama-nos a atenção a primeira estrofe do texto 4:

Nestes versos sertanejos  
Escritos por minha mão  
Baseado nas *memórias*  
Do cangaço no sertão  
Vou descrever o destino  
Do capitão Virgulino  
Que se chama Lampeão. (SANTOS, s.d., p. 3)

Veja que o sujeito-cordelista se prontifica a contar a história de ‘Lampeão’ “baseado nas *memórias*/do cangaço do sertão”, o que deixa claro que ele vai recorrer à memória coletiva e

não à história. Contudo, o seu recorte não nos dá a certeza de que se trata de um recorte isento da subjetividade do sujeito-cordelista.

Da mesma forma que o texto 3, o discurso do texto 4 é de construção de um sujeito-Lampeão cruel que impõe medo a todos e que nem aos pobres, de quem se serve, ~~ele~~ livra de suas maldades. Além disso, diferentemente do texto 2, o sujeito aqui descrito, ao invés de ser enaltecido, aclamado como um herói pelos oprimidos, porém bajulado pelos poderosos, é de um sujeito opressor e mal visto pelo povo, como vemos nesta passagem:

Ela aprontou o almoço  
Ele almoçou descansado  
Perguntou: \_ Quedê os bandidos  
Por aqui não tem passado?  
Ela disse: \_ Capitão  
Não me fale em Lampeão  
Esse infame, desgraçado!

Ele disse: \_ Minha velha  
Pois sou eu o Lampeão  
Na minha lei não se pede  
Nem se usa dar perdão!  
Agora, com o corpo nu  
Abraça um mandacaru  
Como se dança um baião! (SANTOS, s.d., p. 18)

Esse discurso se contrapõe interdiscursivamente aos discursos dos textos 1 e 2 e entra em consonância com o discurso do texto 3 e o da história oficial, que são formações discursivas distintas. Isso implica dizer que o momento histórico é fundamental para a interpretação dos discursos. E o sujeito-cordelista se subjetiva quando ao final de sua narrativa apela ao leitor que acredite no que ele narrou como uma *história verdadeira*:

Você, que leu a *história*  
Não pense que é invenção  
Nem julgue o trovador  
Foi cabra de Lampeão  
Não fui cabra nem menti  
Toda *história* eu escrevi  
Porque tive *informação*.

como se quisesse mesmo que o sujeito-leitor acreditasse nos fatos narrados tal como aconteceram de fato, portanto, trata-se da verdadeira história contada por quem a viveu (“toda história eu escrevi/Porque tive informação”), porém, não vivida por ele. O que ele conta não é “invenção”, é a história real. Se há uma verdade que é passada pela história oficial e uma

verdade que pode ser buscada em um folheto de cordel, eis a questão: que documento pode ser tomado como monumento? O folheto de cordel, como neste caso, pode ser tomado como fonte histórica, ou seja, como um documento histórico e ser elevado a monumento? Se essas questões estão sendo postas é porque

O relativismo histórico que emerge das análises sobre as condições de possibilidade e de emergência dos saberes leva à conclusão de que não há verdade para ser buscada nas diversas etapas constitutivas do saber, mas sim discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder. (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 103)

A verdade é que há um discurso que se constrói a partir de certos jogos de verdade que envolvem o sujeito-Lampião como personagem histórico real e o ficcional porque advém de formações discursivo-ideológicas diferentes, mas uma se apropria da outra. A formação discursiva da Literatura se apropria do discurso da formação discursiva da História. Diante disso, fica clara a relação entre o discurso que é veiculado em um determinado gênero discursivo e a sua função histórico-social, mesmo em se tratando de folhetos de cordel, à medida que ele é vazado por uma memória discursiva social e coletiva (conforme o texto 4), ou mesmo uma memória individual (conforme o texto 2), como portadora de “discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder”.

O gênero discursivo é um dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido conforme a esfera de atividade. Para Brandão (2008, p. 32), “os gêneros do discurso são, portanto, diferentes formas de uso da linguagem, conforme as esferas de atividade em que o falante/escritor está engajado.” Quando o sujeito-cordelista, inserido na formação discursiva da Literatura de Cordel, diz que vai “descrever o destino de Lampião” “baseado nas memórias/do cangaço do sertão” ele busca na verdade, como diz Meihy (2005, p. 61),

O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato: tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita.

Ou seja, ele está se colocando na posição de quem vai registrar a história que até então se mantinha na memória do povo por meio do cordel, o que o tornaria uma fonte histórica, um documento possível de se tornar um monumento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discurso, memória e história estão interligados por meio da memória discursiva ou interdiscurso. Para a Análise do Discurso, a memória é peça fundamental no processo de estabelecimento de sentido para um determinado texto. Esse texto, para a história, pode ser um documento, fonte histórica, que pode ser elevado a monumento. Para isso, é com o discurso, por meio da materialidade do texto, que a análise do discurso busca a memória discursiva que um determinado sujeito imprimiu a esse texto, que pode ser, por sua vez, a memória social, a memória coletiva ou a memória histórica.

Como diz Meihy (2005, p. 61), “o passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces.” E nesse sentido é que o texto do cordel se propõe um documento histórico por se colocar nesta posição quando o sujeito-cordelista diz que vai narrar baseado nas memórias de fatos reais, que até então se punham na ordem da história oral e que ele traz para o registro escrito, tornando-o um documento.

Porém, é preciso lembrar, como diz Meihy (2005, p. 62), “que não é por estarem escritos que os trabalhos com a memória se tornam história. Os projetos de história oral promovem uma mediação significativa entre a memória e a história. A responsabilidade documental da história é que dá sentido à memória como tema para a história.”

Por fim, sabendo que o cangaceiro Lampião foi um personagem da História real, ele passou a ser uma personagem da ficção da Literatura de Cordel. Seus feitos passaram a fazer parte de uma memória coletiva que tomaram a proporção de uma história oral, daí haver uma linha tênue, hoje, entre o que de fato é História ou é ficção sobre o controverso personagem histórico. O fato é que há uma construção discursiva em torno do personagem histórico que o torna um personagem fictício, ora com ares de herói e justiceiro ora como o bandido atribuído personagem histórico.

Os discursos que constituem o sujeito-Lampião na formação discursiva do cordel são discursos que se contradizem, constituindo imagens de diferentes sujeitos dentro da mesma formação discursiva, ou seja, o sujeito-Lampião ocupa diferentes posições conforme as diferentes posições ideológicas dos sujeitos-cordelistas porque esses recorreriam a diferentes memórias discursivas que se constituíram ao longo do tempo em torno do sujeito-histórico.

Não há, assim, uma uniformidade na constituição desse sujeito apesar de se tratar do mesmo sujeito-histórico.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-19

BOQUIM, Z. de. *Lampião e Corisco*. Literatura de Cordel. s/d. (mimeo.)

BRANDÃO, H. H. N. Discurso, gênero e cenografia enunciativa. In: MICHELETTI, G. (org.). *Enunciação e gêneros discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 28-43

BUENO, E. *Brasil: uma história*. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHAL, J. P. *Maurice Halbwachs e a questão da memória*. [www.espacoacademico.com.br/o56/56carvalhal.htm](http://www.espacoacademico.com.br/o56/56carvalhal.htm). Acessado em: 13/09/2007.

CORDEIRO, J. *Visita de lampião a Juazeiro*. Fortaleza: Tupynanquim. (s. d.)

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GREGOLIN, M. R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: \_\_\_\_\_; BARONAS, R. (orgs.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-80

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (orgs.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 19-42

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130

OLIVIERI, A. C. *O cangaço*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ROCHA, J. P. da. *A chegada de Lampião no inferno*. Fortaleza: Tupynanquim. (s. d.)

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997b.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15

QUEIROZ, M. I. P. *História do cangaço*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

SANTOS, A. T. *Lampião, o rei do cangaço*. Literatura de Cordel. s. d. (mimeo.)

SARGENTINI, V. M. O. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.